

Crescimento e crise da economia capitalista em Marx e Kalecki

Daniel Strauss

Resumo

O presente trabalho objetiva discutir e comparar bases teóricas de Marx e Kalecki nas causas do crescimento e da crise da economia capitalista. Kalecki foca nas discussões de reprodução de Marx, expressas no livro II d'O Capital. Sob essa perspectiva, divide-se a economia em duas classes sociais: capitalistas e trabalhadores e dois setores: bens de produção e de consumo. A crise relaciona-se com descontinuidades nos elos entre esses setores, essa ruptura dará origem às teorias de Demanda Efetiva e Investimento kaleckianas. Em Marx, no entanto, a questão fundamental relaciona-se à produção, neste caso a lei da queda tendencial da taxa de lucro irá formar a desproporcionalidade sistêmica. Tanto Marx quanto Kalecki concordam, no entanto, com a crítica às formulações neoclássicas de crescimento equilibrado e lei da oferta e demanda.

Palavras-chave: Crescimento Econômico, Crise Econômica, Marx, Kalecki

Abstract

The present work aims to discuss and compare the theoretical bases of Marx and Kalecki on the causes of growth and the crisis of the capitalist economy. Kalecki focuses on Marx's discussions of reproduction, expressed in Book II of Capital. From this perspective, the economy is divided into two social classes: capitalists and workers and two sectors: goods of production and consumption. The crisis is related to discontinuities in the links between these sectors, this rupture will give rise to Kaleckian's theories of Effective Demand and Investment. In Marx, however, the fundamental question relates to production, in that case the Tendency of the Rate of Profit to Fall will form the systemic disproportionality. Both Marx and Kalecki agree, however, with the critique of neoclassical formulations of balanced growth and the law of supply and demand.

Keywords: Economic Growth, Economic Crisis, Marx, Kalecki

Introdução

As propostas de crescimento e crise econômica trabalhadas por Marx tiveram influência ímpar na formação das ideias kaleckianas. O núcleo de ambas as teorias gira em torno de sociedade dividida em classes determinante para entender o funcionamento da economia. No modo de produção capitalista, Kalecki utiliza a mesma separação em duas classes principais: capitalistas e trabalhadores; em disputa e antagônicas no sentido da renda nacional.

Quando observamos que essas teorias se afastam das concepções neoclássicas de crescimento e equilíbrio, percebemos a magnitude da diferença na base de sustentação teórica. A teoria tradicional trabalha um conceito de famílias, população ou qualquer outra abstração que não chegue à raiz das classes sociais e da situação conflituosa, pensam de fato em situação de crescimento harmônico, enquanto Marx e Kalecki trabalham com modelos de sociedade em disputas, que geram desequilíbrios constantes e colapsos que são as crises econômicas cíclicas.

A teoria marxiana bem como a teoria kaleckiana sintetizam que a base lógica da sociedade capitalista é a acumulação pela acumulação, isto é, a transformação de dinheiro em mais dinheiro (D-D'), e que esse movimento, por acontecer em etapas e não de forma direta, estaria sujeito a desajustes e não realização o que pode trazer redução do investimento no próximo período e conseqüentemente redução da demanda efetiva, como aponta Kalecki. Esse movimento cíclico é percebido em ambos os autores e a base dele é o problema da acumulação.

O que este artigo se propõe é entender quais os pontos de convergência e divergência entre Marx e Kalecki para pensar o crescimento e a crise do capitalismo. Não se tem pretensão de recuperar a vasta análise completa dos autores, mas incidir sobre quais pontos influenciam a teoria kaleckiana e quais pontos há o afastamento das teorias.

Crescimento econômico: neoclássicos, Marx e Kalecki

O ponto de partida da escola neoclássica para tratar de crescimento econômico se dá através do axioma da Lei de Say, cujo aspecto central pode ser colocado:

Vale a pena notar que um produto, tão logo seja criado, nesse mesmo instante, gera um mercado para outros produtos em toda grandeza de seu próprio valor [...] a mera circunstância da criação de um produto imediatamente abre mercado para outros produtos. (SAY apud MIGLIOLI, 2004 p. 15).

Em outras palavras, o pensamento neoclássico se origina com a ideia que a produção criaria sua própria demanda e, neste sentido, o estado natural da economia seria a tendência ao equilíbrio no crescimento. Essa premissa básica permite, aos teóricos da literatura tradicional, supor que, sob condições normais e com menor intervenção do Estado, o crescimento econômico seria dependente apenas da variável tempo, isto é, economias subdesenvolvidas passariam ao patamar de desenvolvidas na medida em que o capitalismo avançasse nestes locais.

Não há capitalistas, não há operários, não há classes sociais, todo o esquema é elaborado tendo em vista o sistema harmônico:

De um lado as empresas produtoras de bens e serviços, operando como se tivessem vida própria; por outro lado, os proprietários dos fatores de produção [...] que vendem às empresas os “serviços de seus fatores”, recebendo em troca um pagamento, que é a renda desses proprietários. (MIGLIOLI, 2004: 17)

Neste fluxo circular as trocas são livres, a empresa teria autonomia bem como os proprietários dos fatores de produção para negociarem suas remunerações pelos serviços prestados. A moeda funciona apenas como meio de troca, não exerce influência nem na produção e nem na circulação das mercadorias. Os agentes, pelo princípio da racionalidade, estão interessados na maximização ou de sua utilidade, enquanto consumidores, ou de seus lucros, enquanto empresas.

Essa conformação social levaria ao equilíbrio geral da economia: um estado de crescimento equilibrado cujas perturbações ou choques seriam naturalmente solucionadas pelo mercado via preços pela lei de oferta e demanda. Portanto, estaria descaracterizadas as crises econômicas ou crescimento abaixo da capacidade produtiva, isto é, não há desemprego involuntário.

Outro importante aspecto do modelo neoclássico é a caracterização de poupança ser igual ao investimento. Uma vez que na Lei de Say não há interesse dos agentes de manter capital na forma dinheiro entesourado, tudo aquilo que for poupado na economia seria repassado a outros agentes através de empréstimos que seriam utilizados na realização de investimentos (MIGLIOLI, 2004).

Para Marx, a análise central do crescimento econômico é tratada como acumulação capitalista. As sociedades se libertam do jugo da natureza pela via do trabalho. A partir do surgimento do excedente produtivo, a divisão do trabalho começa a destacar classes sociais. A história da humanidade tem sido então, a disputa entre essas classes sociais pelo excedente produtivo.

No modo de produção capitalista, essa acumulação inicia seu ciclo com o dinheiro. Através do dinheiro, o capitalista compra meios de produção e força de trabalho no mercado e, através da relação produtiva entre estes, uma nova mercadoria é formada com a intenção final de ter seu valor realizado (sob a forma de valor de troca, no mercado). (MARX, 2017a). O circuito é dado por D-M-D', cujo termo final é o dinheiro inicial acrescido de um mais valor. Ou seja, o dinheiro que se apresenta no início e no final do circuito tem em si sua lógica finalista no processo.

Para Miglioli (2004) o segredo está em como o capitalista consegue transformar D-D'. Não se trata de uma operação simples de comprar para vender mais caro. Neste caso, haveria apenas uma redistribuição da renda, sem nenhuma criação de valor. As condições de concorrência trariam novos produtores dessa mercadoria cujo preço está acima do valor e a tendência seria um retorno do preço ao seu valor.

Os trabalhadores, neste modelo, cumprem apenas a função de vender sua força de trabalho e é a única mercadoria que dispõem. Os capitalistas, por sua vez, ao comprarem e estabelecerem relação com esses trabalhadores estão adquirindo a sua força de trabalho e não o produto do seu trabalho em si. A origem do lucro em Marx está nessa diferença, isto é, materializa-se como trabalho não pago (MARX, 2017a).

Se pensarmos que o capitalista investe um capital K, na compra de meios de produção (maquinaria, matéria-prima) – c; e na compra de força de trabalho - v, teríamos:

$$K = c + v \quad (I)$$

Análise do D' ao final do processo nos daria o acréscimo do mais valor "p":

$$K' = c + v + p \quad (II)$$

Isso encerra um circuito do capital, mas é importante ressaltar que o modo de produção capitalista é um processo contínuo, dessa forma, o D' resgatado ao final do processo é, em parte, reinvestido na produção novamente, a outra parte é consumida pelo capitalista (MIGLIOLI, 2004).

O desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário aumentar o montante de capital aplicado numa dada empresa, e a concorrência impõe a cada capitalista individual as leis imanentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. A concorrência o impele a ampliar constantemente seu capital a fim de preservá-lo, mas ele não pode ampliá-lo a não ser por meio da acumulação progressiva. (MARX apud MIGLIOLI, 2004: 80).

Em Kalecki (1997), a proposta de acumulação não é observada do ponto de vista da oferta, tal qual Marx propunha, isto é, o central da acumulação kaleckiana não está na observação dos processos de produção, mas nos determinantes da demanda.

Kalecki usa a base dos esquemas de reprodução de Marx e busca, tal qual Rosa Luxemburgo, focar nas questões de circulação e realização da mais valia (MIGLIOLI, 2004). A preocupação é com as possibilidades de não realizar o valor das mercadorias pelo processo de venda no mercado, o que as tornariam apenas valor de uso e deixariam de serem mercadorias. Essa possibilidade de não realizar a venda por problemas de demanda é percebida por Marx, mas não tem o devido foco que merece que se volta às questões de produção da mais valia no mercado. Essa elaboração de Kalecki torna-se, posteriormente, a base do princípio da Demanda Efetiva.

Para entender a importância das variáveis que determinam essa demanda, Kalecki (1997), começa por abstrair o Estado e o mercado externo. Nesse ponto, a renda é dividida entre trabalhadores e capitalistas¹, a primeira advém da remuneração do salário e a segunda da depreciação, lucros não distribuídos, dividendos, saques não operacionais, aluguéis e juros.

Uma das premissas de funcionamento do modo de produção capitalista do Marx (2017a) é que a força de trabalho pode ser remunerada pelo seu valor, isto é, ainda que os trabalhadores recebam salário proporcional ao valor de sua força de trabalho, determinada pelo valor de produção e reprodução dessa força de trabalho; há condições para extração da mais valia, ou do trabalho não pago. Kalecki (1997) assume essa hipótese simplificadora que elabora a ideia de que trabalhadores não poupem, mas consumam todo seu salário.

Se não há poupança dos trabalhadores no período, então os lucros brutos serão determinados pelo investimento bruto e consumo dos capitalistas, ou seja: são os investimentos e consumo dos próprios capitalistas que determinam seus lucros. Isso está em acordo com a teoria do Marx (2017a) que aponta que a mais valia representa uma escolha do capitalista em gastos em consumo ou em acumulação e esse ato de vontade determinaria o volume de acumulação e o quantum pode ser absorvido pelo mercado. A diferença, aponta Miglioli (2004), está no ponto em que o modelo de Marx a realização da mais valia depende dos próprios gastos dos capitalistas com acumulação de capital e consumo pessoal, enquanto em Kalecki, os gastos dos capitalistas determinam não apenas o volume dos lucros, mas também o montante de salários e o nível geral da produção.

Apesar de estudos posteriores inserirem os gastos do governo, e o saldo das exportações e importações, como variáveis determinantes nas condições de demanda nacional; Kalecki (1997) conclui a partir da própria economia fechada e sem governo que o

¹ Nota-se que Kalecki também trabalha com as relações antagônicas de classes sociais em disputa pela renda

determinante para a acumulação capitalistas estava embasada nas condições de demanda e insere o conceito do princípio da Demanda Efetiva em sua análise:

Em meu entender, o problema central do sistema capitalista de *laissez-faire* [...] é o da demanda efetiva, isto é, o de encontrar mercados para seus produtos, com plena utilização de recursos (KALECKI apud MIGLIOLI, 2004 p. 212).

Crise: Marx, Kalecki e a síntese da demanda efetiva

Enquanto a teoria neoclássica não se preocupa ou nega as crises econômicas, pois no longo prazo a situação sofreria uma normalização via preços, considerando que a menor intervenção do Estado possível, tanto mais eficaz o mercado em retomar o Estado de crescimento equilibrado. Sobre esse aspecto da teoria neoclássica Harvey (2013, p. 132) aponta:

[...] as crises são resultado de choques exógenos (guerras, revoluções, disseminados fracassos na colheita etc.) ou desproporcionalidades temporárias na produção. Poderia haver superprodução dentro de uma indústria ou região geográfica, mas isso significa subprodução em outro local. As transferências de capital e trabalho poderiam equilibrar o sistema.

O dinheiro, nesse caso, é apenas meio de troca para as diferentes utilidades, não representa nenhuma função além de meios de pagamento, pois não há interesse dos agentes de entesourar ou manter valor sob esta forma.

Marx (1997, 2017b) estuda a crise econômica em toda a sua complexidade, dadas as condições de acumulação de capital, D-M-D'; as crises seriam inerentes às próprias lógicas: acumulativa e produtiva; inseridas na anarquia do mercado. O dinheiro, diferente do que apontavam os neoclássicos, torna-se sujeito nesse processo (BELLUZZO, 1980). Não constitui o trabalho usar os meios de produção, mas os meios de produção usarem o trabalho, assim, a expansão do valor é o único objetivo da expansão da produção social.

A acumulação não é, então, questão de escolha individual, mas uma necessidade gerada pelas próprias condições da competição (BELLUZZO, 1980). A dinâmica da produção torna-se a diminuição de trabalho vivo, surgido da buscados capitalistas por mais valia extraordinária e, conseqüentemente, mais valia relativa por trabalho morto, maquinaria.

Diante da complexidade das crises econômicas, Marx não aponta uma resposta fechada dada sua obra inacabada sobre o tema. Indícios, no entanto, são argumentados nos livros II e III e levam a polêmica da questão às disputas entre marxistas sobre qual o caráter das crises no pensamento marxiano.

Harvey (2013) aponta que o primeiro recorte dessa crise ocorre através da lei da queda tendencial da taxa de lucro que gera “superprodução, especulação, crises e capital excedente”

(p. 265). A superprodução, dada pelas condições de aumento do capital constante por meio da necessidade constante de expansão e de absorção da mais valia do trabalho vivo, provoca essa queda constante no lucro. Neste ponto, há uma retirada massiva de investimentos por parte dos capitalistas e o que sucede é uma redução da produção.

Se retomarmos a equação II, temos que a única forma de obter mais valor é pelo capital variável, que pelas condições da concorrência está reduzido pelo aumento da parcela constante do capital. Essa parcela não gera valor, apenas reproduz seu próprio valor, no processo de produção, no valor final da mercadoria.

O outro possível processo de crise tratado por Marx, e cujas premissas são adotadas por Rosa Luxemburgo e Kalecki, trata da departamentalização da economia relacionada às condições da reprodução ampliada do capital. Enquanto a premissa da reprodução simples o circuito D-M-D' é reproduzido na mesma medida que o capitalista insere o mesmo capital, na forma dinheiro, ao iniciar nova acumulação; na reprodução ampliada o capitalista insere mais capital do que no ciclo anterior. Dessa forma, D-M-D' retoma o circuito como D''-M-D''', no qual $D < D'' < D'$ e assim por diante.

Considerando dois setores da economia: o departamento I produz bens de capital (consumo produtivo) e o departamento II bens de consumo tanto para trabalhadores quanto para capitalistas. Considerando que as mercadorias sejam trocadas pelos seus valores teremos (HARVEY, 2013 p. 238):

$$W_1 = c_1 + v_1 + p_1 \quad (\text{III})$$

$$W_2 = c_2 + v_2 + p_2 \quad (\text{IV})$$

A equação III e IV representam, respectivamente, o departamento I e II. W representa o produto total de cada departamento. Considerando que departamento I produz bens de capital, logo:

$$W_1 = c_1 + c_2 \quad (\text{V})$$

Consequentemente:

$$W_2 = v_1 + p_1 + v_2 + p_2 \quad (\text{VI})$$

Para o departamento de bens de consumo. Se, no entanto, pensarmos a reprodução ampliada, teríamos uma parcela da mais valia (p_1 e p_2) seria reinvestida no W_1 . Miglioli (2004) demonstra que a mais valia é dividida em três coeficientes menores do que 1: b para os bens de consumo, d para aquisição de meios de produção e f para compra de força de trabalho adicional. A mais valia total seria dada por:

$$(b + d + f)(p_1 + p_2) = P \quad (\text{VII})$$

Com:

$$b + d + f = 1 \quad (\text{VIII})$$

Então, considerando que na reprodução ampliada deve-se ter a produção de bens de capital que supere o desgaste das máquinas (D'') conclui-se que, na reprodução ampliada, o comportamento dos departamentos se dá por:

$$W_1 = (c_1 + c_2) + (dp_1 + dp_2) \quad (\text{IX})$$

$$W_2 = v_1 + fp_1 + bp_1 + v_2 + fp_2 + bp_2 \quad (\text{X})$$

No diálogo entre os departamentos I e II, Harvey (2013) aponta que não sendo satisfeitas as condições de taxas de crescimento simétricas nos diferentes setores, nas quantidades de produção, nas trocas de valor e no emprego; resultarão em crise. A acumulação equilibrada só seria possível se mudança tecnológica fique confinada dentro de limites rígidos, que haja oferta infinita de força de trabalho paga no seu valor, que não haja competição entre capitalistas e não haja equalização da taxa de lucro.

Miglioli (2004) chega a algumas conclusões semelhantes no que diz respeito às características da crise em Marx. Ao reafirmar o papel da moeda em Marx, aponta a não necessidade de se realizar a compra no mesmo momento da venda, ou seja, existe a possibilidade de entesouramento e, neste caso, não há garantias de venda das mercadorias ou de equilíbrio no mercado. Há ainda a se considerar as condições de oferta e demanda, que apesar de não estarem ligadas ao valor de Marx, ainda constituem meio de realização da mais valia, que se dá no mercado (MIGLIOLI, 2004).

Kalecki (1997), diferente de Marx, separa a economia em 3 departamentos: o departamento I que produz bens de capital, o departamento II que produz bens de consumo para os capitalistas e o departamento III que produz bens de consumo para os trabalhadores. Como já apontado, Kalecki está preocupado com as condições de consumo e de bens de acumulação e como se dá o processo de realização da renda (a realização da mais valia apontada por Marx) pela via da Demanda Efetiva.

A questão mais importante tratada por Kalecki diante do princípio da Demanda efetiva é o investimento, afinal, é a variável definidora da acumulação capitalista, trata-se, nos termos de Marx da reprodução ampliada do dinheiro para sua transformação em mais dinheiro.

[...] num sistema capitalista do tipo *laissez-faire*, onde o Estado limita suas intervenções e onde, portanto, o déficit orçamentário do governo tem um reduzido papel, o investimento se converte [...] na variável fundamental da dinâmica econômica, ou seja, no principal elemento determinante dos níveis das atividades econômicas como um todo. (MIGLIOLI, 2004 p. 275).

Kalecki (1997) define que as variáveis determinantes das decisões de investimento são:

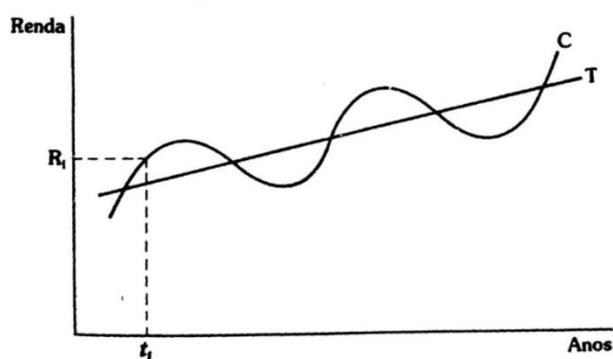
$$\hat{I} = aS + n (\Delta L / \Delta t) - m (\Delta K / \Delta t) + j \quad (\text{XI})$$

Onde \hat{I} é a decisão de investimento é, numa aproximação, função crescente da poupança bruta S , taxa de modificação de lucros $\Delta L / \Delta t$; e função decrescente da taxa de modificação do estoque de capital em equipamento $\Delta K / \Delta t$; j é uma constante sujeita a variações no longo prazo.

Um desequilíbrio nas relações dos departamentos e a não realização da mais valia poderia levar à queda nos investimentos, dada pelas decisões de investir apontadas por Kalecki. Esse movimento estaria intimamente ligado aos processos de crise no capitalismo, com elevação do investimento nos momentos de prosperidade e sua redução nas fases de depressão.

Assim, os movimentos dos ciclos econômicos estão baseados nas observações dos movimentos cíclicos da economia ao longo do tempo e a tentativa de explicar o comportamento da renda. Como aponta as observações do Gráfico I Kalecki está preocupado em explicar o comportamento crescente, e oscilante da renda. Sua variável fundamental é o investimento dos capitalistas para acumulação de capital, baseado no princípio da demanda efetiva.

Gráfico I: Modelo de crescimento da renda de Kalecki



Fonte: Migliogli, 1997 p. 15

Miglioli (2004) afirma que Kalecki, ao tratar das questões da demanda efetiva e pensar que os capitalistas ganham o que gastam, baseado principalmente na acumulação via aumento dos investimentos conclui que os processos de crise das economias capitalistas avançadas estão ligados intimamente não à falta de recursos, mas a utilização plena do equipamento de capital:

Se utilizassem plenamente seu equipamento de capital, elas poderiam absorver toda a força de trabalho disponível e, com isso, eliminar o desemprego, elevar a produção, evitar as crises. Acontece, entretanto, que o capital instalado não é plenamente utilizado e a força de trabalho não é inteiramente empregada [...] (MIGLIOLI, 2004 p. 213).

E qual a razão dessa não utilização, Miglioli (2004, p. 213) responde:

O problema se apresenta, portanto, do lado da demanda: não existe mercado (demanda efetiva) suficiente para absorver toda a produção que poderia ser criada se os recursos disponíveis fossem plenamente utilizados.

Conclusão

As teorias kaleckiana e marxiana sobre crescimento e crise no modo de produção capitalista apresentam grandes pontos de diálogo. A inspiração de Kalecki nas teorias de Marx, em especial nas elaborações feitas por Rosa Luxemburgo, posteriormente, é clara no que tange ao rompimento com as ideias de crescimento equilibrado, harmonia econômica e social, poupança como definidora do investimento, moeda como função neutra. Todo arcabouço neoclássico ou o que Marx qualifica como economia vulgar é rejeitado em ambos os autores.

Para além disso, assumindo perspectiva de classes sociais aparecem as condições antagônicas de salários e lucros dentro da instituição da renda. Kalecki tenta avançar nos pontos que Marx não detém atenção profunda, ou realiza abstrações. Enquanto Marx está focado nas condições da produção e da formação da mais valia, Kalecki investiga as condições de acumulação que aparecem na teoria marxiana de forma abstraída e sem a profundidade necessária. Por isso as considerações de Miglioli a respeito dos avanços kaleckianos estarem ligados ao problema da realização, ou da circulação, das mercadorias.

No entanto, ao elaborar os problemas da produção, Marx reflete a questão determinante das crises econômicas do modo de produção capitalista: a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Enquanto Kalecki foca no problema da demanda efetiva, e Rosa Luxemburgo elabora as questões de subconsumo, Marx percebe que o determinante das crises e que gera problemas nos investimentos e os ciclos econômicos não é a realização das mercadorias em si, mas o aumento da produtividade contínua e necessária ao capitalismo que gera as constantes quedas na taxa de lucro e posteriormente redução de investimentos. Apesar da incompletude da teoria marxiana sobre o processo de crises, em virtude do seu falecimento, Harvey observa que está nesse ponto o determinante das crises econômicas dentro das teorias marxianas.

Bibliografia

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Valor e capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HARVEY, David. Os Limites do Capital. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo editorial, 2017a.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro II. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1997.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo editorial, 2017b.

MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. Apresentação. In: KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

Sobre o autor:

Daniel Strauss

Mestrando em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e graduando em Licenciatura em Ciências Sociais, pela UFSM interrompida. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015), com intercâmbio acadêmico na Universidad de Buenos Aires (UBA) durante o primeiro semestre de 2013.

Artigo recebido em 05/05/2018

Aprovado em 15/06/2018

Como citar esse artigo:

STRAUSS, Daniel. Crescimento e crise da economia capitalista em Marx e Kalecki. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 14, N.º 1, jan/jun. 2018.